

Investigando a Mortalidade Materna no Brasil: cenários, desafios e perspectivas

Maria Júlia Flores Silva, Cecília Dantas dos Santos, Janaína Ferreira Hudson Borges, Luaina Tatiane Fernandes Silva

Instituto de Educação Meninada Crescer, Matozinhos – MG

I. INTRODUÇÃO

Neste trabalho, apresentamos aspectos relacionados à mortalidade materna no Brasil, que pode ocorrer durante a gestação ou até 42 dias após o término da gestação. Entre 1996 e 2018, o Brasil registrou mais de 39 mil óbitos maternos, demonstrando um desafio para a saúde pública do país (BRASIL, 2024), contemplado também pela ODS 3 sobre saúde e bem-estar, que destaca na meta 3.1 a redução da mortalidade materna, para taxas menores do que 70 óbitos por 100 mil nascidos vivos.

II. OBJETIVOS

- Identificar fatores relacionados à mortalidade materna no Brasil e ODS 3;
- Realizar levantamento bibliográfico e consultar portais oficiais;
- Conhecer políticas públicas e ações de prevenção e mitigação da mortalidade materna.

III. MATERIAIS E MÉTODOS

Para desenvolvermos este trabalho realizamos levantamento bibliográfico, em artigos científicos e portais oficiais, como o DataSUS, e indicadores socioeconômicos relacionados ao IDH, PIB. Também elaboramos projeto de pesquisa, preenchimento de diário de bordo, fizemos reuniões presenciais e online, utilizamos o Google Docs para escrita coletiva, e visitamos a exposição Sentidos do Nascer.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, notamos que a mortalidade materna possui relação com fatores socioeconômicos, como IDH, PIB, desigualdades regionais, raciais, faixa etária e educacionais, o que evidencia também interseção de diversos campos de conhecimento e integração entre as ODSs.

Parte das publicações consultadas utiliza como dados informações disponibilizadas no portal do DataSUS até 2022, englobando o período pandêmico em que houve um aumento na mortalidade materna no Brasil.

Manifestamos interesse em darmos continuidade a nossa pesquisa, acompanhando os indicadores de mortalidade materna no Brasil, as Políticas Públicas voltadas para a prevenção e mitigação dela, bem como aspectos relacionados à prevenção de intervenções desnecessárias, a atuação de doulas e parteiras em diferentes contextos.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde: Rede Alyne: novo programa busca reduzir mortalidade materna no Brasil. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/rede-alyne-novo-programa-busca-reduzir-mortalidade-materna-no-brasil>>. Acesso em: 12 out. 2024.

Oliveira, I.V.G.; Maranhão, T.A.; Araujo, T.K.A.; Frota, M.M.C.; Torres, S.R.F.; Rocha, M.I.F.; Xavier, M.E.S.; Sopusa, G.J.B. MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL: ANÁLISE DE TENDÊNCIAS TEMPORAIS E AGRUPAMENTOS ESPACIAIS. Cien. Saude Coletiva. 2023. Disponível em: <<http://cienciaes-audecoletiva.com.br/artigos/mortalidade-materna-no-brasil-analise-de-tendencias-temporais-e-agrupamentos-espaciais/>>. Acesso em 15 jun. 2024.

ONU BR – NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL – ONU BR. A Agenda 2030. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 07 mar. 2024.

Acesse o QRcode ao lado para consultar as referências completas:



IV. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observamos que, embora o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil seja considerado alto, a discrepância entre regiões e grupos socioeconômicos reflete na desigualdade de acesso a serviços de saúde e na qualidade desses serviços. Regiões com menor IDH apresentam maior mortalidade materna (OLIVEIRA et al. 2023).

Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil



Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Figura 2: Ranking do IDHM para os estados brasileiros (2021)

Terminologia	Posição IDHM	Posição IDHM Nova	IDHM Nota	Posição IDHM Educação	IDHM Distância	Posição IDHM Longevidade	IDHM Longevidade
Santa Catarina	21	13	0,901	21	0,077	21	0,880
São Paulo	22	14	0,871	11	0,083	21	0,893
Santa Ceilândia	23	15	0,856	11	0,083	21	0,893
Paraná	24	16	0,841	11	0,083	21	0,893
Rio Grande do Sul	25	17	0,826	11	0,083	21	0,893
Paraná	26	18	0,811	11	0,083	21	0,893
Rio de Janeiro	27	19	0,796	11	0,083	21	0,893
Mato Grosso do Sul	28	20	0,781	11	0,083	21	0,893
Goias	29	21	0,766	11	0,083	21	0,893
Mato Grosso	30	22	0,751	11	0,083	21	0,893
Ceará	31	23	0,736	11	0,083	21	0,893
Rio Grande do Norte	32	24	0,721	11	0,083	21	0,893
Pernambuco	33	25	0,706	11	0,083	21	0,893
Acre	34	26	0,691	11	0,083	21	0,893
Sergipe	35	27	0,676	11	0,083	21	0,893
Roraima	36	28	0,661	11	0,083	21	0,893
Amapá	37	29	0,646	11	0,083	21	0,893
Piauí	38	30	0,631	11	0,083	21	0,893
Rio de Janeiro	39	31	0,616	11	0,083	21	0,893
Alagoas	40	32	0,601	11	0,083	21	0,893
Maranhão	41	33	0,586	11	0,083	21	0,893
Distrito Federal	42	34	0,571	11	0,083	21	0,893
Rio Grande	43	35	0,556	11	0,083	21	0,893
Roraima	44	36	0,541	11	0,083	21	0,893
Amapá	45	37	0,526	11	0,083	21	0,893
Paraná	46	38	0,511	11	0,083	21	0,893
Alagoas	47	39	0,496	11	0,083	21	0,893
Maranhão	48	40	0,481	11	0,083	21	0,893
Distrito Federal	49	41	0,466	11	0,083	21	0,893
Rio Grande	50	42	0,451	11	0,083	21	0,893
Roraima	51	43	0,436	11	0,083	21	0,893
Amapá	52	44	0,421	11	0,083	21	0,893
Paraná	53	45	0,406	11	0,083	21	0,893
Alagoas	54	46	0,391	11	0,083	21	0,893
Maranhão	55	47	0,376	11	0,083	21	0,893
Distrito Federal	56	48	0,361	11	0,083	21	0,893
Rio Grande	57	49	0,346	11	0,083	21	0,893
Roraima	58	50	0,331	11	0,083	21	0,893
Amapá	59	51	0,316	11	0,083	21	0,893
Paraná	60	52	0,301	11	0,083	21	0,893
Alagoas	61	53	0,286	11	0,083	21	0,893
Maranhão	62	54	0,271	11	0,083	21	0,893
Distrito Federal	63	55	0,256	11	0,083	21	0,893
Rio Grande	64	56	0,241	11	0,083	21	0,893
Roraima	65	57	0,226	11	0,083	21	0,893
Amapá	66	58	0,211	11	0,083	21	0,893
Paraná	67	59	0,196	11	0,083	21	0,893
Alagoas	68	60	0,181	11	0,083	21	0,893
Maranhão	69	61	0,166	11	0,083	21	0,893
Distrito Federal	70	62	0,151	11	0,083	21	0,893
Rio Grande	71	63	0,136	11	0,083	21	0,893
Roraima	72	64	0,121	11	0,083	21	0,893
Amapá	73	65	0,106	11	0,083	21	0,893
Paraná	74	66	0,091	11	0,083	21	0,893
Alagoas	75	67	0,076	11	0,083	21	0,893
Maranhão	76	68	0,061	11	0,083	21	0,893
Distrito Federal	77	69	0,046	11	0,083	21	0,893
Rio Grande	78	70	0,031	11	0,083	21	0,893
Roraima	79	71	0,016	11	0,083	21	0,893
Amapá	80	72	0,001	11	0,083	21	0,893

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), o Brasil alcançou, em 2024, 10,9 trilhões, colocando o país na décima maior economia do mundo. Porém, como a distribuição não é equitativa, gera desigualdade de renda e afeta mulheres em situação de pobreza que têm menos acesso aos serviços de saúde de qualidade.

Dados do Ministério da Saúde indicam que baixa escolaridade, faixa etária e raça também apresentam relação com a mortalidade materna.

Figura 3: Mortalidade Materna no Brasil

Fonte: Ministério da Saúde, Departamento de Informática do SUS (DATASUS).

A atenuação dos efeitos dos determinantes sociais nos serviços de saúde são estratégias contemporâneas para a redução da mortalidade materna, enfatizando qualidade de atenção, prevenção e enfrentamento das complicações.

Esses resultados destacam a relevância da implementação de Políticas Públicas para prevenção e mitigação da mortalidade materna, como: Plano de Redução da Mortalidade Materna e na Infância por Evitáveis (PREMMICE), a Estratégia Zero Morte Materna por Hemorragia e Rede Alyne (antiga Rede Cegehna).

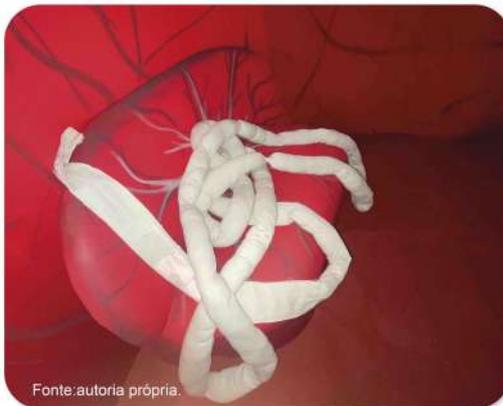
Entre essas Políticas Públicas destacamos ações relacionadas ao parto e nascer humanizado, como as do Hospital Sofia Feldman e da exposição Sentidos do Nascer, que desenvolvem ações voltadas para o resgate da imagem do parto normal, destacando boas práticas de atenção ao parto e nascimento, e redução de hipermedicalização do processo do nascimento.



Fonte: autoria própria.



Fonte: autoria própria.



Fonte: autoria própria.



Fonte: autoria própria.